

CIDADE DOS PROFETAS



Oficio n.º PMC/SEGOV/408/2006

Congonhas, 21 de dezembro de 2006.

Exmo. Sr. Evandro Alve

Evandro Alves de Almeida

Presidente da Câmara Municipal de

CONGONHAS/MG

Assunto: Encaminhamento.

Senhor Presidente,

Encaminhamos para análise e votação dos Senhores Vereadores, Projeto de Lei que "Autoriza a concessão de auxílio financeiro", no valor de R\$ 8.990,00 para a APAE.

Aproveitamos o ensejo para nossa manifestação de apreço e consideração e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Arnaldo da Silva Osório Secretário Municipal de Governo

Câmara Municipal de Congonhas Nº Protocolo (13-58)

Recebido em 21 de 12 de 20 of Horário 17:00

Assinatura do Responsável

PRAÇA PRESIDENTE KUBITSCHEK, 135 - CENTRO - CONGONHAS - MG - CEP 36415-000 - TEL.: (31) 3731 1300 - FAX: (31) 3731 1240 - www.congonhas.mg.gov.br



CIDADE DOS PROFETAS

PROJETO DE LEI N.º



utoriza a concessão auxílio financeiro.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro na importância de R\$ 8.990,00 (oito mil, novecentos e noventa reais), com base nas consignações orçamentárias, conforme a seguinte especificação:

PREVISÃO DA TRANSFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2006

ENTIDADE	FINALIDADE	FORMA DE TRANSFÊRENCIA	VALOR
	Melhoria nas instalações da entidade e no atendimento aos alunos.		R\$8.990,00

- Art. 2º A instituição somente terá direito ao beneficio desta lei, se as condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal.
- Art. 3º A entidade beneficiada com recursos públicos estabelecidos nesta lei, submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal, através do envio de prestação de contas ao órgão competente.
 - Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 21 de dezembro de 2006.

ANDERSON COSTA CABIDO

Prefeito de Congonhas

Camara Municipal de Congonhas

Nº Protocolo (1959) Recebido em 1 de 2006

Horario 12:00

Dr. Gabriel Afonso Cordeiro de Santana Procurador Municipal OAB/MG 29.203

Assinatura do Responsável



CIDADE DOS PROFETAS

JUSTIFICATIVA



Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei objetiva conceder Auxílio financeiro no valor d R\$ 8.990,00 (oito mil, novecentos e noventa reais) à Associação de Pais, Amigos e Excepcionais de Congonhas- APAE.

Tal repasse advém de verba depositada pela Gerdau e, em reunião do dia 7 de novembro de 2006, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou a destinação da verba para o projeto apresentado pela APAE, que a usará para melhoria nas instalações do prédio.

Diante das exigências legais imposta na lei complementar n.º 101/00, torna-se necessário que a autorização seja através de lei específica.

Na procura de atender o que determina o art. 26 da referida Lei Complementar, enviamos o presente Projeto de Lei a essa Casa Legislativa para a devida apreciação e aprovação.

Certo de poder contar com a boa acolhida, antecipamos agradecimentos,

Congonhas, 21 de dezembro de 2006.

ANDERSON COSTA CABIDO Prefeito de Congonhas

> Dr. Gabriel Afonso Cordello de Santana Procurador Municipal OAB/MG 29.203





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS



ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

A despesa referente ao auxítio financeiro à Associação de Pais, Amigos e Excepcionais - APAE visando a construção de uma cobertura em suas dependências, conforme Processo Administrativo PRO 12337/06, será contabilizada na detação orçamentária própria, cujo saldo será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2006, as quais estimamos um montante de R\$ 8.990,00 (cito mi) novecentos e noventa reais).

Estimamos também que o total de tal despesa, comprometera 0,011% (zero virgula zero onze por cento) da receita prevista no exercício financeiro atual e 0,012 % (zero virgula zero doze por

cento) da despesa prevista neste exercicio.

A referida despesa é objeto de dotação especifica e suficiente, previstas no programa de trabalho, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentárias e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração, não infringindo, portanto quaisquer disposições da legislação, especificamente ao que determina o arto 16 da Lei Complementar 101/2000

Salientamos ainda que tal despesa será totalmente empenhada no exercício de 2006, e que

não ficarão parcelas remanescentes para serem empenhadas nos exercicios seguintes.

Concluimos, portanto, que a entidade dispora de recursos orçamentários e financeiros suficientes para a realização desta despesa.

Prefetura Municipal de Congonha, aos vinte das do mês de dezembro de 2006.

(MDCXC

Rodolto Copyaga Stva Secretario Municipal de Finesca

Lucina di Apprecia Junqueira Directo de Planejamento e Orçamento

DECLARAÇÃO BASTERISTA DO IMPAC

Declaro, para fins de Campina de Campina de Complementar 101/2000, que o auxilio financeiro à Assectico fair acceptante de La Complementar 101/2000, que o auxilio financeiro à Assectico fair acceptante de La Campina de C

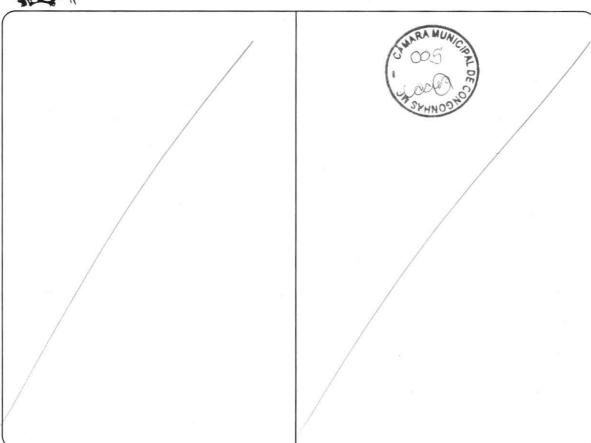
Declaro, ainda, com base na Estimativa de Impacto Orçamentario e Financeiro que o auxilio tem a devida adequação para sua realização.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos vinte dias do mês de dezembro de 2006.

RONALDO RODALGUES DE ASSUNÇÃO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL



CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG





Câmara Municipal de Congonhas

Câmara Municipal de Congonhas, 15 de janeiro de 2006.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento Comissão de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico Comissão de Obras e Serviços Públicos CHARAMUNICA CHARAM

Ref.: Projeto de Lei nº 109/2006 - Autoriza concessão de auxílio financeiro à APAE.

RELATÓRIO

O projeto de lei visa autorizar a concessão de subvenção social na importância de r\$ 8.990,00 (oito mil, novecentos e noventa reais), que será destinada à APAE.

Para a concessão de subvenção, além das exigências legais, há exigência de sujeitarse às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e de estar prevista na Lei Orçamentária anual, sendo assim é necessária à aprovação do projeto.

A matéria está devidamente motivada, o Executivo é competente para apresentá-la.

No âmbito destas Comissões não vislumbramos nenhum óbice para a aprovação da matéria.

O projeto é legal e constitucional.

O Executivo é competente para apresentar o projeto.

Somos favoráveis a aprovação do mesmo.

Este é o nosso relatório.

Relator

CMC/mari



Câmara Municipal de Congonhas



Câmara Municipal de Congonhas, 15 de janeiro de 2007.

REDAÇÃO FINAL

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Ref.: Projeto de Lei nº 109/2006 - Autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE.

RELATÓRIO

O projeto de Lei nº 109/2006, de autoria do Executivo, após ter sido aprovado conclusivamente em Plenário, retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Obedecendo aos requisitos da técnica legislativa, não foram promovidas correções de linguagem e forma, nos termos do Regimento Interno desta Casa.

Relator

Relator

CMC/mari



Câmara Municipal de Congonhas

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 003/2007.



Autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro na importância de R\$ 8.990,00 (oito mil, novecentos e noventa reais), com base nas consignações orçamentárias, conforme a seguinte especificação:

PREVISÃO DA TRANSFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2006

ENTIDADE	FINALIDADE	FORMA DE TRANSFERÊNCIA	VALOR
Associação de Pais,	Melhoria nas instalações da	Parcela única	R\$ 8.990,00
Amigos e Excepcionais	entidade e no atendimento		
de Congonhas.	aos alunos.		

Art. 2º A instituição somente terá direito ao beneficio desta lei se as condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal.

Art. 3º A entidade beneficiada com recursos públicos estabelecidos nesta lei, submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal, através do envio de prestação de contas ao órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Congonhas, 15 de janeiro de 2007.

EVANDRO ALVES DE ALMEIDA Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Congonhas

CMC/mari



CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG

Secretaria, 17 pourir. 2007.

Dei nº 103/2006.

Arquire-se.





CIDADE DOS PROFETAS

LEI N.º 2.682, DE 15 DE JANEIRO DE 2007.



Autoriza a concessão auxílio financeiro.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro na importância de R\$ 8.990,00 (oito mil, novecentos e noventa reais), com base nas consignações orçamentárias, conforme a seguinte especificação:

PREVISÃO DA TRANSFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2006

ENTIDADE	FINALIDADE	FORMA DE TRANSFÊRENCIA	VALOR
Associação de Pais, Amigos e Excepcionais de Congonhas.	Melhoria nas instalações da entidade e no atendimento aos alunos.	Parcela única	R\$8.990,00

Art. 2º A instituição somente terá direito ao beneficio desta lei, se as condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal.

Art. 3º A entidade beneficiada com recursos públicos estabelecidos nesta lei, submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal, através do envio de prestação de contas ao órgão competente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 15 de janeiro de 2007.

ANDERSON COSTA CABIDO Prefeito de Congonhas

> Câmara Municipal de Congonhas Nº Protocolo (18/1) Recebido em 17 de 21 de 2004

Horário 18:0

Assinatura do Responsável

PRAÇA PRESIDENTE KUBITSCHEK, 135 - CENTRO - CONGONHAS - MG - CEP 36415-000 - TEL.: (31) 3731-1300 - FAX: (31) 3731-1240 - www.congonhas.mg.gov.br